

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
Avenida Roraima 1000, Prédio 22 - Bairro Camobi  
Santa Maria-RS, CEP 97105-900  
- <http://husm-ufsm.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23541.000324/2025-92

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço comum de engenharia, de natureza continuada sem dedicação exclusiva, em **LOCAÇÃO DE GRUPOS MOTOR-GERADORES DE ENERGIA ELÉTRICA 650kVA/500kW, para funcionamento stand-by, incluindo o transporte, a instalação, operação e manutenção dos equipamentos, sendo 1 (um) grupo motor-gerador em regime de locação durante toda a vigência contratual e 1 (um) grupo motor-gerador com locação por demanda, passível de locação por período variável de 1 (um) a 12 (doze) meses, conforme necessidade e demanda da contratante, dentro da vigência do contrato.**

1.2. Os geradores são necessários para manter em funcionamento seguro o sistema de abastecimento de energia elétrica da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), unidade hospitalar Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM-UFSM), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento por um período de 12 (doze) meses, podendo ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos até o limite de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 90 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

ITEM	CATSER	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	2167-9	3.3.90.39.12	Mensalidade de Locação de Gerador de Energia Elétrica 650kVA/500kW	Mês	12
2	2167-9	3.3.90.39.12	Mensalidade de Locação por demanda de Gerador de Energia Elétrica 650kVA/500kW	Mês	12

1.3. Um grupo motor-gerador para atender a demanda da Subestação Pronto Socorro, que atende as áreas do Pronto Socorro, Central de UTIs, Bloco Cirúrgico e Centro de Processamento de Dados (Data Center) do HUSM. Este gerador em regime de locação obrigatória.

1.4. Um grupo motor-gerador para atender a demanda das outras subestações, que atendem os demais locais do HUSM que possam vir a ser necessário. Este gerador em regime de locação por demanda e por período variável.

1.5. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

- 1.5.1. Estudo Técnico Preliminar da Contratação - (Documento SEI nº 57016277);
- 1.5.2. Análise de Riscos - SEI (Documento SEI nº 57016358);
- 1.5.3. Encarte A - Modelo de Ordem de Serviço (Documento SEI nº 57036822);
- 1.5.4. Encarte B - Modelo de Declaração Formal de Vistoria (Documento SEI nº 57037041);
- 1.5.5. Encarte C - Modelo de Declaração Formal de Dispensa de Vistoria (Documento SEI nº 57037108).
- 1.5.6. Encarte D - Tabela Referência para Multa (Documento SEI nº 57037263);
- 1.5.7. Encarte E - Instrumento de Medição do Resultado (Documento SEI nº 57037352);
- 1.5.8. Encarte F - Requisitos de Segurança do Trabalho - USOST (Documento SEI nº 57037441).
- 1.5.9. Encarte H - Modelo de Proposta - (Documento SEI nº 58059142).

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), desde sua criação por meio da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, é a responsável pela gestão dos Hospitais Universitários Federais e congêneres na prestação de serviços de atenção à saúde com excelência. Conforme a Portaria nº 442, de 25 de abril de 2012, é uma das atribuições assumidas pela empresa normatizar e acompanhar as intervenções na infraestrutura física dos hospitais, com a responsabilidade de favorecer a formação profissional de qualidade e a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

2.2. O Hospital Universitário de Santa Maria - HUSM, da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM caracteriza-se como um hospital geral de ensino público, de nível terciário, que atende de forma integral pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Tem por finalidade a formação profissional, desenvolvendo o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, dispondo de uma ampla área de apoio didático, administrativo e serviços assistenciais, com Ambulatórios, Farmácia Hospitalar, Laboratórios de Apoio e Diagnóstico, contando com aproximadamente 400 (quatrocentos) leitos operacionais de internação.

2.3. Localizado na região central do Rio Grande do Sul, que abrange em torno de 45 (quarenta e cinco) municípios com uma população aproximada de 1,5 milhão de pessoas, o HUSM atua, na área de ensino em diversas especialidades, capacitando pessoas por meio de seus cursos de graduação e pós-graduação na área da saúde. Além disso, oferece oportunidade para pessoas de outras áreas de atuação desenvolverem seus conhecimentos por meio de convênios e/ou estágios que são ofertados pela instituição.

2.4. Nas dependências do HUSM há 4 grupos geradores que atendem áreas críticas de manutenção à vida, como Bloco Cirúrgico, UTI's, Pronto Socorro, Unidades de Internação, Central de Laboratórios, entre outras onde o suprimento de energia elétrica deve ser ininterrupto.

2.5. Manter as condições de operação e manutenção dos grupos geradores é de suma importância para seu correto funcionamento, pois em um ambiente hospitalar são a principal e muitas vezes única retaguarda para faltas de energia de curta, média e longa duração da rede elétrica local.

2.6. Esses equipamentos, devido às suas complexidades e exigências da norma ABNT NBR 13534/2008 e ANVISA RDC 50/2002, devem funcionar sempre que requeridos.

2.7. Conforme classificação da norma NBR ABNT 13534/2008 - Instalações Elétricas em Ambientes Assistenciais de Saúde, ambientes dos Grupos 0, I e II devem ser alimentados por uma fonte de segurança por um período de 24 horas, o que implica na obrigatoriedade de serem alimentados por uma fonte de emergência em até 15 segundos. Tal fonte de emergência são os grupos geradores e estas recomendações são reforçadas pela Resolução Anvisa RDC 50/2002.

2.8. O hospital abriga setores de alta criticidade, onde qualquer interrupção no fornecimento de energia elétrica pode resultar em consequências graves. Os principais setores afetados incluem:

- Pronto Socorro: Atendimento emergencial a pacientes em estado crítico, necessitando de suporte contínuo de equipamentos médicos.
- Central de UTIs: Manutenção da vida de pacientes em estado grave, dependentes de ventilação mecânica e monitores cardíacos.
- Bloco Cirúrgico: Realização de procedimentos cirúrgicos que exigem condições ideais de iluminação, climatização e funcionamento de equipamentos especializados.
- Data Center: Responsável pelo armazenamento de dados hospitalares essenciais, incluindo prontuários eletrônicos e sistemas de gestão.

2.9. Os Riscos e Impactos da ausência de fonte de reserva energia elétrica confiável pode acarretar:

- Interrupção de cirurgias e atendimentos emergenciais.
- Risco de morte para pacientes em UTIs e em uso de equipamentos vitais.
- Perda de dados hospitalares essenciais.
- Comprometimento dos protocolos de segurança hospitalar.

2.10. Diante disso, ressaltamos a necessidade de providências imediatas para evitar riscos à vida dos pacientes e prejuízos operacionais ao hospital, a situação prima pela locação imediata do grupos geradores de energia é a medida/solução eficaz e assim, garantir a segurança e a continuidade dos serviços prestados pelo hospital.

2.11. A contratação prevê a locação de mais um grupo gerador para atendimento da subestação do pronto socorro, área crítica do HUSM, quanto a falta de energia elétrica e a locação por demanda de outro grupo gerador para as demais áreas do HUSM, ou seja, se necessário. Estes geradores é para garantir uma capacidade de reserva de fonte de emergência, para a substituição dos geradores existentes no HUSM, nos casos de indisponibilidade ou outras situações que exijam o uso de gerador de energia elétrica.

2.12. A nova subestação elétrica do HUSM/UFSM, que visa à melhoria da estrutura atual, bem como ao aumento da capacidade e da distribuição de energia, encontra-se em fase de execução da obra. O empreendimento contempla a implantação de capacidade de reserva da fonte de emergência, com a aquisição

de geradores, dispensando a necessidade de locação.

### **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. Uma única empresa será responsável pela prestação do serviço de locação de gerador de energia elétrica, incluindo todos os requisitos necessários à sua correta instalação e pleno funcionamento, abrangendo o fornecimento do equipamento, transporte, instalação, mobilização, desmobilização, testes, automatismos, manutenção, relatórios, abastecimento, operação e a devida responsabilidade técnica.

3.2. Todas as ferramentas, equipamentos, materiais, insumos e mão de obra especializada indispensáveis para execução do objeto da contratação serão de inteira responsabilidade da Contratada, inclusive no tocante ao fornecimento e à disponibilização para seus empregados.

3.3. A contratação prevê duas modalidades de locação, o que torna a locação flexível e apto a atender futuras situações em que o hospital necessite de geradores de energia, garantindo o adequado funcionamento dos sistemas e assegurando a continuidade do fornecimento de energia elétrica.

### **4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A prestação do serviço deverá atender, no mínimo, os parâmetros previstos abaixo.

#### **4.1. Solução técnica de contratação:**

4.1.1. Grupo motor-gerador de energia elétrica com capacidade para atendimento das cargas das áreas citadas, capacidade 650kVA/500W, trifásico, 380/220V, 60Hz, tipo carenado, silenciado 75dB(A) @ 1,5 m, Diesel, com tanque de combustível na base com no mínimo 500 litros, autonomia suficiente para emergências prolongadas, abastecido, alternador sem escovas, com excitatriz rotativa e regulador eletrônico de velocidade;

4.1.2. Transporte até o hospital, mobilização e desmobilização do grupo motor-gerador de energia elétrica, prazo para a mobilização ou desmobilização é de 15 dias;

4.1.3. Instalação com segurança do gerador no pátio do HUSM, local a ser definido entre Contratante e Contratada;

4.1.4. Deverá ser realizada manutenção preventiva mensal, semestral e anual do gerador, incluindo toda troca dos insumos, conforme manual do equipamento;

4.1.5. A contratada deverá apresentar o cronograma e o plano de manutenção do grupo motor-gerador;

4.1.6. A contratada deverá apresentar relatórios da manutenções preventivas e corretivas, bem como qualquer inspeção ou intervenção no gerador;

4.1.7. Manutenção corretiva ilimitadas do equipamento, conforme necessidade, ou substituição caso não esteja em condições perfeitas de funcionamento;

4.1.8. Capacidade de funcionar em modo automático, monitorando a rede elétrica e realizando a transferência para o gerador e de volta para a concessionária de energia elétrica, conforme a disponibilidade de energia;

4.1.9. Tanque com capacidade de no mínimo 500 litros de Diesel, o tanque deverá possuir sinalização, bacia de contenção e qualquer outro requisito exigido pelo corpo de bombeiros;

4.1.10. O gerador deverá ser cabinado, com redução de ruído e proteção externa para não ter contato com as partes móveis, quentes e elétricas;

4.1.11. O cabeamento para interligação de painel e ligação do gerador a subestação deverá ser protegido através de canaletas de piso, eletrodutos, sinalização, para permitir o fluxo de pessoas de forma segura nos locais de instalação;

4.1.12. A empresa deverá ter um canal de comunicação 24 horas para caso de emergências e atender o chamado no local em até 4 horas após solicitado alguma corretiva no equipamento;

4.1.13. Deverá ser realizado teste de funcionamento automático semanal no gerador. O gerador deverá ser ligado automaticamente, sem transferência de carga, permanecendo alimentada pela rede principal, pelo intervalo de dez minutos.

4.1.14. Geradores devem possuir QTA externo com cabeamento, condutores de seção adequada, para instalação a até 40 metros entre gerador e painéis da subestação.

4.1.15. O motor gerador locado deve assumir a carga em até 15 segundos após falha na rede, conforme padrões comuns para sistemas de emergência em instalações hospitalares no Brasil. Em caso de falha na partida ou operação, o sistema direciona automaticamente para o gerador reserva via quadro de transferência automática (QTA) com lógica de redundância.

#### **4.2. Da vistoria**

4.2.1. As empresas interessadas poderão realizar vistoria nos locais e instalações do fornecimento e da prestação dos serviços, de forma a obterem conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a

sua execução, bem como, de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços.

4.2.2. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

4.2.3. A vistoria deverá ser comunicada, previamente, pelas licitantes ao Setor de Infraestrutura Física por meio do e-mail mello.eduardo@ebserh.gov.br que agendará, em horário comercial, e indicará, se julgar conveniente, o profissional designado para acompanhamento.

4.2.3.1. A vistoria só deverá ser realizada mediante essa indicação ou autorização por escrito.

4.2.3.2. A vistoria poderá ser realizada quantas vezes o licitante julgar necessário para a elaboração de sua proposta.

4.2.3.3. Os custos das vistorias correrão por exclusiva conta da licitante.

4.2.3.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.2.4. Os licitantes deverão apresentar Declaração Formal de Vistoria realizada nas dependências do hospital, tomando conhecimento dos locais, dimensões, complexidade e dificuldade pertinentes à realização do objeto desta contratação, conforme instruções do **Encarte B (Documento SEI nº 57037041 )**.

4.2.5. Não tendo sido feita a vistoria, o licitante deverá apresentar a Declaração Formal de Dispensa de Vistoria constante do **Encarte C (Documento SEI nº 57037108 )**.

4.2.6. Na vistoria o licitante poderá efetuar medições para subsidiar a elaboração de suas propostas e eliminar possíveis omissões, falhas ou incompatibilidade.

4.2.7. O ato de apresentação de proposta, pelos licitantes, implicará a tácita admissão de que a documentação técnica e os esclarecimentos prestados foram julgados suficientes para que os serviços sejam executados nas condições estipuladas pelo Edital e seus anexos.

4.2.8. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

#### 4.3. **Das obrigações da contratante**

4.3.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

4.3.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

4.3.3. Cientificar a Equipe de Fiscalização Contratual para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

4.3.4. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

4.3.5. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

4.3.6. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;

4.3.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

4.3.8. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

4.3.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

4.3.10. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

4.3.10.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se

somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

4.3.10.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

4.3.10.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

4.3.11. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

4.3.12. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

4.3.13. Cientificar o Setor Jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

4.3.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado de preferência estabelecida por Lei;

4.3.15. Responsabilizar-se pela guarda e segurança dos equipamentos locados, até sua remoção;

4.3.16. Responsabilizar-se por todas as licenças, estacionamento e/ou procedimento burocráticos exigidos pela prefeitura ou qualquer outro órgão se houver.

4.3.17. Fornecer combustível Diesel S500.

#### **4.4. Das obrigações da contratada**

4.4.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.4.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior.

4.4.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

4.4.4. Substituir no prazo fixado pelo fiscal do contrato os empregados alocados que não se mostrem adequados para a execução do objeto.

4.4.5. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.4.6. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

4.4.7. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.4.8. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

4.4.9. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.4.10. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.4.11. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.4.12. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.4.13. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.4.14. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.4.15. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.4.16. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

4.4.17. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

4.4.18. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

4.4.19. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

4.4.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n.º 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.4.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.4.22. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.4.23. Não incorrer em quaisquer das vedações previstas nos arts. 69 e 124 do RLCE 2.0.

4.4.24. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

4.4.25. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.4.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à Ebserh, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.4.27. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

4.4.27.1. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

4.4.27.2. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

4.4.27.3. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), quando for o caso;

4.4.27.4. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

4.4.27.5. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.4.28. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010;

4.4.29. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

4.4.30. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.4.30.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.4.30.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.4.30.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

- 4.4.30.4. certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.4.30.5. certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 4.4.31. Comunicar ao Gestor do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal.
- 4.4.32. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 4.4.33. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.4.34. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 4.4.35. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 4.4.36. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.4.37. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Termo de Referência.
- 4.4.38. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 4.4.39. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.4.40. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 4.4.41. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum evento caracterizado pelo art. 171, inciso VI do art. 103 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0 (RLCE 2.0);
- 4.4.42. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 4.4.43. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 4.4.44. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da IN SEGES/MP nº 5/2017:
- 4.4.44.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 4.4.44.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e dos demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 4.4.45. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 4.4.46. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 4.4.47. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e

pela qualidade da subcontratação.

4.4.48. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

4.4.49. Manter todos os dados cadastrais atualizados, em especial, telefone e endereço eletrônico, bem como os dados do Representante Legal com poderes para assumir responsabilidades, firmar acordos e compromissos e assinar instrumentos contratuais.

4.4.50. Informar, nas manifestações relativas a alterações contratuais, os dados listados no item 4.4.27, mesmo que não tenham sofrido modificações.

4.4.50.1. Em caso de alteração do Representante Legal, a contratada deverá apresentar documentação que comprove a constituição de poderes mencionados no item 4.4.27.

#### **4.5. Da sustentabilidade ambiental**

4.5.1. O serviço de engenharia a ser executado não necessita de licenciamento ambiental prévio, na forma das resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) n.º 001/1986 e n.º 237/1997 e da Lei n.º 6.938/1981.

4.5.2. em complemento, a empresa CONTRATADA deve atestar que possui ou que é isenta de licenciamento ambiental para exercer suas atividades

4.6. A CONTRATADA deverá, no entanto, adotar práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o que determina a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, nos seguintes aspectos definidos no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União – AGU (2025):

4.6.1. Observar a proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32 do MTE.

4.6.2. Observar que qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela CONTRATADA na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e Resolução CONAMA nº 436, de 22/12/2011, e legislação correlata, de acordo como poluente e o tipo de fonte.

4.6.3. Cumprir os programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente, bem como a destinação adequada de resíduos (sólidos e líquidos) do HUSM-UFSM.

4.6.4. Realizar a limpeza dos locais de execução atendendo ao solicitado pela CONTRATANTE, utilizando técnicas que não danifiquem parte ou componentes da edificação.

4.6.5. Providenciar a remoção do local de realização dos serviços e o adequado acondicionamento de todos os materiais, equipamentos, peças remanescentes e sobras utilizáveis, ferramentas e acessórios sempre que estes forem realizados.

4.7. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

4.7.1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.7.2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.7.3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.8. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que atenda aos seguintes requisitos:

4.8.1. Que esteja previamente registrado na ANP;

4.8.2. Que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as



características e a aplicação do produto;

4.9. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008.

4.10. A contratada deverá providenciar a logística reversa das baterias substituídas dos equipamentos objeto desta contratação, ara fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 03, de 30/03/2010.

4.11. A contratada ainda deverá observar, no que couber para execução do objeto desta contratação, as normas relativas à:

4.11.1. Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;

4.11.2. Mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

4.11.3. Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;

4.12. Diante da necessidade, o HUSM promoverá a contratação do presente objeto, seguindo os preceitos legais da Lei 13.303/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (RLCE) e demais normativos vigentes sobre o tema, para satisfação da demanda.

4.13. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.14. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.14.1. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

## 5. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

5.1. Será adotado o regime de execução Contratação por Preço Global dos itens, em atenção ao inciso II do Art.8º do RLCE 2.0.

## 6. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será formalizada pela assinatura de termo de contrato, com vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis até o limite de 5 (cinco) anos, na forma do art. 147 do RLCE 2.0.

## 7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 7.1. Da execução dos serviços

7.1.1. Implantar os serviços contratados imediatamente após a assinatura do contrato e emissão de Ordem de Serviço, conforme **Encarte A (Documento SEI nº 57036822)**, de acordo com as condições estabelecidas e conforme especificações deste Instrumento.

7.1.2. A contratada deverá informar ao contratante, em tempo hábil, sobre qualquer motivo que impossibilite assunção dos serviços objeto deste Instrumento.

7.1.3. A contratada deverá prestar serviço de manutenção integral nos grupos geradores de energia elétrica locados.

7.1.4. A contratada deverá executar mensalmente os serviços de manutenção preventiva, com realização de 01 (uma) visita em data programada obrigatoriamente até o 5º dia útil do mês, realizada por um técnico especializado previamente cadastrado, obedecendo um Plano de Manutenção Preventiva, elaborado pela contratada.

7.1.5. Deve ser fornecido cronograma e relatórios das visitas de manutenção preventiva mensal, trimestral e semestral, que devem ocorrer das 7:30 as 11:30 e das 13:00 as 16:00 até o 5º dia útil do mês.

7.1.6. Trimestralmente deverá ser executado, posteriormente a preventiva, teste com carga nos grupos geradores com duração mínima de 1 hora. O técnico deve acompanhar o funcionamento do grupo gerador durante o período do teste afim de identificar possíveis anomalias de funcionamento e seus parâmetros em regime de carga.

7.1.6.1. O horário de realização do teste em carga deve ser previamente agendado para ocorrer aos sábados no turno da manhã, a fim de que se cause o mínimo transtorno para as áreas afetadas com as interrupções de energia que ocorrem nas transferências de carga.

7.1.6.2. O teste de carga não deve ser concomitante entre os grupos geradores, pois o técnico

deve acompanhar e estar a postos em 100% de seu curso para resposta imediata à qualquer ocorrência.

7.1.7. A contratada, sempre que solicitada, deve disponibilizar técnico para acompanhar o funcionamento dos Grupos Geradores durante desligamentos programados de energia nas instalações do HUSM, permanecendo no local até o restabelecimento da fonte de energia principal. O HUSM deve comunicar a contratada com no mínimo 48 horas de antecedência da necessidade do acompanhamento.

7.1.8. Realizar o reabastecimento dos tanques de uso diário dos grupos geradores sempre que atingirem níveis inferiores a 75% de sua capacidade, seja esta condição identificada durante realização de manutenção ou por notificação da fiscalização do HUSM.

7.1.8.1. O HUSM disponibilizará o combustível junto a Casa de Caldeiras, um tanque de 250L para transporte e uma bomba 12V para transferência do combustível para os tanques dos geradores, estando o operacionalização do tanque de transporte e da bomba a cargo da contratada.

7.1.8.2. A contratada poderá usar recursos próprios para transporte e transferência do combustível, porém sem ônus para o HUSM.

7.1.9. Todas as despesas referentes aos técnicos da contratada que venham executar serviços de manutenção preventiva nas instalações do HUSM no que se refere a encargos sociais, deslocamentos, diárias, estadas, fretes, impostos, taxas e quaisquer outros ônus é de responsabilidade da mesma.

7.1.10. O HUSM não consentirá que pessoas não especializadas operem o grupo gerador, de forma a evitar o transtorno de possíveis avarias ou desregulagem no equipamento.

7.1.11. O HUSM coibirá o depósito de material obsoleto na sala do grupo gerador que, além de dificultar os serviços de manutenção, acarretará o surgimento de roedores responsáveis por sérios danos ao equipamento.

7.1.12. Os técnicos do HUSM não efetuarão troca de peças e componentes do grupo gerador sem antes consultar ou comunicar a empresa, e isto só ocorrerá em casos de extrema urgência.

## 7.2. **Forma de comunicação entre contratante e contratada:**

7.2.1. A EFC e a empresa a ser contratada utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida.

7.2.2. A contratada deve disponibilizar endereço de e-mail e contato telefônico com atendimento **7 dias da semana e 24 horas por dia para realização dos chamados.**

7.2.3. Os **chamados de urgências e emergências deverão ser atendidos no prazo máximo de 04 (quatro) horas** contado do recebimento da notificação/chamada, podendo ser prorrogado a critério da contratante desde que apresentada justificativa.

7.2.4. Na abertura de chamados de urgência e emergência serão realizadas 3 tentativas de contato telefônico, após será enviado e-mail, sendo o horário do atendimento via telefone ou do envio do e-mail a referência para contagem do prazo de atendimento. Expirado o prazo serão tomadas as medidas administrativas cabíveis.

7.2.5. Conforme determina o Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH, a execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada pela EBSEH com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.

7.2.6. Assim sendo, a EBSEH designará formalmente uma Equipe de Fiscalização de Contrato, por ato do Gerente Administrativo, podendo conter a indicação de titulares e substitutos para as atividades.

## 7.3. **Da subcontratação**

7.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal (locação de grupo gerador) licitado.

7.3.2. Será admitida apenas a subcontratação do serviço de movimentação de carga e serviços de acompanhamento/manutenção e reabastecimento do grupo gerador (detalhamento no item 7.3.3.1).

7.3.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

7.3.3.1. Poderão ser subcontratadas apenas as seguintes parcelas do objeto:

7.3.3.1.1. Movimentação e transporte dos geradores;

7.3.3.1.2. Manutenção preventiva e corretiva dos geradores;

7.3.3.1.3. Acompanhamento de desligamentos programados;

7.3.3.1.4. Abastecimento dos geradores.

7.3.4. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto. Para a subcontratação dos itens que não foram listados acima, será necessária a aprovação da fiscalização.

7.3.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, todos os custos, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

7.3.6. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

7.3.7. É vedada a subcontratação de empresa que se enquadre nos impedimentos do art. 124 do RLCE 2.0.

#### 7.4. **Da alteração subjetiva**

7.4.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### 8. **DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

#### 8.1. **Do controle e fiscalização da execução**

8.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 13.303/2016 e o Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0 (RLCE 2.0), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.1.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.1.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.1.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.1.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.1.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.1.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.1.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.1.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.1.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas na forma estabelecida no Instrumento de Medição de Resultados - IMR, no Encarte E (Documento SEI nº 57037352).

8.1.9. O Instrumento de Medição de Resultados - IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

8.1.9.1. não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 177 do RLCE 2.0;

8.1.9.2. não configure descaracterização do objeto contratado.

8.1.10. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.1.10.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.1.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.1.11.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.1.11.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.1.11.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

8.1.12. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

8.1.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.1.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.1.15. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.1.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 5/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.1.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

## **8.2. Do recebimento e aceitação do objeto**

8.2.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório dos serviços, no termos abaixo.

8.2.2. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis do adimplemento da parcela mensal do serviço, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual referente ao mês da efetiva prestação dos serviços.

8.2.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e administrativo após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

8.2.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e

revisões finais que se fizerem necessários.

8.2.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.2.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo ao gestor do contrato não receber definitivamente a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.2.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.2.3.2. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da Contratada cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

8.2.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.2.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.2.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

8.2.3.3. Passados os 5 (cinco) dias úteis a fiscalização deverá solicitar a comunicação do Gestor do Contrato para que a empresa emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.2.4. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento provisório dos serviços e da emissão da nota fiscal/fatura, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

8.2.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções; e

8.2.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

8.2.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

8.2.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

### **8.3. Do Pagamento**

8.3.1. Os pagamentos serão efetuados através de Ordens Bancárias emitidas pelo Sistema Integrado de Administração e Finanças (SIAFI) do Governo Federal, mediante o recebimento da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), pela unidade administrativa responsável pela gestão do contrato, contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados.

8.3.1.1. Desde que atendidas às exigências da IN SEGES/MPDG nº 2/2016, os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo da NFS-e.

8.3.1.2. Considera-se ocorrido o recebimento definitivo da NFS-e no momento em que o gestor do contrato proceder à elaboração de termo circunstanciado manifestando o recebimento dos serviços.

8.3.1.3. Não se realizará pagamento do serviço prestado através de Boleto Bancário, os pagamentos serão efetuados, apenas, mediante apresentação de NFS-e.

8.3.2. Havendo erro na apresentação da NFS-e, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.3.3. A emissão da NFS-e deverá ocorrer do primeiro dia útil até o décimo dia do mês posterior ao da prestação de serviços.

8.3.3.1. A emissão da NFS-e será precedida do recebimento provisório dos serviços.

8.3.3.2. No primeiro e último mês da vigência do contrato, as NFS-e serão parciais, isto é, correspondente apenas aos dias em que o serviço foi executado, de tal forma que o período de competência da prestação de serviços constante no documento fiscal seja compatível com o mês comercial.

8.3.3.3. A NFS-e a que se referir a prestação de serviços deverá possuir validação do sistema da Prefeitura de Juiz de Fora caso a Contratada seja do município, ou da prefeitura do respectivo município do estabelecimento da Contratada.

8.3.3.4. A Contratada é obrigada a emitir NFS-e de serviço pelo município de estabelecimento e terá que encaminhar para o e-mail acordado com o gestor do contrato o documento em arquivo digital no formato *pdf* assim como no formato *xml*. A Contratada deverá preferencialmente observar o padrão ABRASF 2.02 para o arquivo *xml*.

8.3.3.5. A Contratada deverá obrigatoriamente destacar na NFS-e a tributação a ser retida, conforme artigo 2º, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e item 14.9.

8.3.3.6. A NFS-e deverá conter na descrição, ou nas informações complementares, os seguintes dados: o período de prestação dos serviços; o número da licitação e o número do contrato correspondente; e os dados bancários para a realização do pagamento (banco, agência e conta-corrente).

8.3.3.7. Conforme Anexo XI, item 3, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, além dos elementos descritos nos itens acima, a NFS-e deverá obrigatoriamente expressar os seguintes elementos essenciais:

- a) a competência da nota fiscal que deve ser o mês da data de emissão da nota fiscal, sendo este o mês posterior ao período de prestação de serviços;
- b) a data de emissão posterior ao período de prestação dos serviços;
- c) o valor a pagar;
- d) o CNPJ do tomador do serviço, conforme previsto em Contrato;
- e) o endereço do tomador, conforme previsto em Contrato;
- f) o CNPJ do prestador do serviço, que deverá ser o mesmo que a Contratada apresentou nos documentos de habilitação da licitação que deu origem ao contrato.
- g) o prazo de validade;
- h) os dados do contrato;
- i) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.3.3.8. É possível a emissão da NFS-e pela filial ou matriz do CNPJ indicado no item 8.3.3.7, letra "f", desde que a filial ou matriz mantenha as condições de habilitação da licitação.

8.3.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.3.4.1. Não produziu os resultados acordados;

8.3.4.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

8.3.4.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3.5. A glosa ou retenção será formalizada por meio de formulário específico e será aplicada no mês subsequente ao de competência da ocorrência do fato gerador, assegurada à Contratada a ampla defesa.

8.3.6. Quando houver a glosa parcial dos serviços, a Contratante deverá comunicar à Contratada para que emita NFS-e com valor exato do mês com a aplicação da glosa do mês anterior, evitando, assim, efeitos tributários sobre o valor glosado pela Contratante, conforme Anexo XI, item 4.2, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

8.3.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.8. A NFS-e deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema,

mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

8.3.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da IN SEGES/MP nº 3/2018.

8.3.10. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital, observadas as seguintes condições, conforme art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018.

8.3.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a Contratada regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Contratante, conforme incisos I e II do art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018.

8.3.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Contratante, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, conforme inciso III do art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018.

8.3.13. Persistindo a irregularidade, a Contratante adotará as medidas necessárias à rescisão do Contrato, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à Contratada a ampla defesa, conforme inciso IV do art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018.

8.3.14. Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF, conforme inciso V do art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018.

8.3.15. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pelo Superintendente do HUSM-UFSM, não será rescindido o Contrato na situação irregular no Sicafe, conforme inciso VI do art. 31 da IN SEGES/MP nº 3/2018.

8.3.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 05/2017, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:

8.3.16.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

8.3.16.2. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e

8.3.16.3. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

8.3.16.4. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.3.17. Caso a Contratada tenha incentivo fiscal ou alíquota diferenciada deverá enviar declaração do seu contador responsável a respeito do enquadramento aplicável.

8.3.18. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

8.3.19. Em caso de dúvidas sobre emissão da NFS-e ou mudança do enquadramento fiscal, a Contratada deverá entrar em contato com a Unidade de Contabilidade Fiscal (UCF) nos contatos informados pelo gestor do contrato.

8.3.20. Em caso de posicionamento sobre pagamento de NFS-e após os prazos constantes no item 6.3.1, a Contratada poderá entrar em contato com a Unidade de Pagamento da Despesa (UPD) nos contatos informados pelo gestor do contrato.

8.3.21. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

#### **8.4. Das sanções administrativas**

8.4.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

8.4.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

8.4.1.2. Multa:

8.4.1.2.1. Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o 15º dia e a critério da CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

8.4.1.2.2. Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) até 3,2% (três inteiros e vinte centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima;

8.4.1.2.3. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor anual do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida;

8.4.1.2.3.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Ebserh a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 184, inciso I, do RLCE 2.0;

8.4.1.2.4. Compensatória, para a inexecução parcial do contrato, de até 10% (dez por cento) do valor anual do contrato.

8.4.1.2.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato, de até 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

8.4.1.2.6. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas do Encarte D (Documento SEI nº 57037263).

8.4.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

8.4.1.3.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa que:

8.4.1.3.1.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.4.1.3.1.2. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

8.4.1.3.1.3. prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

8.4.1.3.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.4.1.3.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.4.1.3.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.4.1.3.1.7. após manifestar formalmente interesse na prorrogação do contrato, não celebrar o aditivo de prorrogação.

8.4.2. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderão ser aplicadas juntamente com multa.

8.4.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

8.4.4. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Ebserh.

8.4.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0, na Norma Operacional - SEI n.º 7/2023/DAI-EBSERH e, subsidiariamente, a Lei n.º 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

8.4.6. A comunicação do ato para fins de contagem de prazos será feita, preferencialmente, na forma eletrônica, desde que haja confirmação de recibo por parte da CONTRATADA.



8.4.7. Aplicada a sanção de multa, deverão ser adotadas as seguintes medidas de cobrança administrativa do débito:

8.4.7.1. emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU) e envio para pagamento pelo fornecedor sancionado;

8.4.7.2. não realizado o pagamento da GRU, compensação total ou parcial do débito com eventuais créditos, inclusive pagamentos pendentes, que o fornecedor sancionado possua com a Ebserh, ainda que decorrentes de outros ajustes;

8.4.7.3. na hipótese de não existirem créditos disponíveis ou se forem insuficientes para quitar o débito, execução da garantia prestada pelo fornecedor sancionado, se houver;

8.4.7.4. não havendo garantia a ser executada, parcelamento total ou parcial do débito, mediante negociação entre a Ebserh e o fornecedor sancionado.

8.4.7.4.1. O parcelamento não se aplica à parcela do débito a ser compensada com eventuais créditos ou executada da garantia prestada, se houver.

8.4.8. Esgotadas as medidas administrativas sem a integral quitação do débito, os autos serão remetidos à Consultoria Jurídica da Ebserh, para análise da viabilidade de cobrança judicial.

8.4.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

8.4.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

8.4.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.4.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.4.13. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e, no caso de sanção de multa, no Cadin, nos termos da Lei n.º 10.522/2002.

8.4.13.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, nos termos da Lei n.º 12.846/2013, ou em outras plataformas de cadastro de inadimplentes de pessoas jurídicas autorizadas pela Ebserh.

8.4.14. As sanções aplicadas pelos Hospitais Universitários e pela Administração Central terão abrangência no âmbito de toda a Rede Ebserh.

## 8.5. **Da garantia do produto ou serviço**

8.6. Será exigida Garantia e Assistência Técnica Corretiva, cuja descrição dos requisitos segue abaixo:

8.6.1. A licitante vencedora deverá prestar garantia pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses a partir do recebimento do produto ou serviço.

8.6.2. A assistência técnica e/ou substituição, durante o prazo de garantia dos componentes/peças deverá ser prestada no local onde os mesmos estiverem instalados ou alocados, sem ônus para a HUSM.

## 8.7. **Da garantia de execução do contrato**

8.7.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 144 do RLCE 2.0, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato.

8.7.2. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas, nos termos do § 6º do artigo 144 do RLCE 2.0.

8.7.3. No prazo máximo de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia,

podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

8.7.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

8.7.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o inciso I do art. 184 do RLCE 2.0.

8.7.6. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n.º 5/2017.

8.7.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

8.7.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

8.7.7.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

8.7.7.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

8.7.7.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

8.7.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

8.7.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

8.7.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

8.7.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

8.7.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

8.7.13. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

8.7.14. Será considerada extinta a garantia:

8.7.14.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

8.7.14.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n.º 05/2017.

8.7.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

8.7.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

8.7.17. A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

8.7.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## 8.8. Do reajuste

8.8.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

8.8.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir

dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.8.3. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

8.8.4. É indevido o pagamento de reajuste de preços resultante de atraso na execução contratual em razão de fatos imputáveis à CONTRATADA.

8.8.5. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, quando for o caso, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro, mas não executados por culpa exclusiva da Contratada.

8.8.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.8.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.8.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.8.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8.9. **Da formalização do ajuste**

8.9.1. As obrigações decorrentes deste procedimento licitatório serão formalizadas mediante a celebração de Contrato Administrativo, com vigência por um período inicial de 12 (doze) meses, podendo ter a sua duração prorrogada por sucessivos períodos até o limite de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 147 do RLCE 2.0.

8.9.2. O Contrato administrativo e suas alterações serão assinadas eletronicamente através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, mediante cadastro a ser realizado pelo HUSM-UFSM/Ebserh, após encerrada a fase seleção do fornecedor.

## 9. **DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### 9.1. **CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS:**

9.1.1. Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como serviço comum de natureza continuada, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos prestadores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no Menor Preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

9.1.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

9.1.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

9.2. Trata-se de serviço comum, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, nos termos do art. 14 da IN SEGES/MP 05/2017 e do art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016.

9.3. Os serviços contratados são definidos como continuados nos termos do art. 15 da IN SEGES/MP 05/2017.

9.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

9.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

9.6. A licitação em tela não será destinada de forma exclusiva para microempresa e empresas de pequeno porte nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

9.7. Trata-se de **Contratação de Serviço comum de engenharia**, a ser contratada mediante **licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica**.

9.8. As atividades a serem contratadas não envolvem atribuições inerentes às dos cargos integrantes do

## **10. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **10.1. Modo de Disputa:**

10.1.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”.

### **10.2. Intervalo entre lances:**

10.2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 1%.

### **10.3. Habilitação jurídica:**

10.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

10.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

10.3.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do Decreto nº 10.880/2021.

10.3.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110 de 17 de outubro de 2022.

10.3.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.3.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

#### **10.3.11. Participação em consórcio:**

10.3.11.1. Considerando que o objeto não é de alta complexidade técnica nem de vulto que justifique a reunião de empresas para atendimento dos requisitos de habilitação, e visando simplificar a gestão contratual, não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, nos termos do art. 15 c/c art. 18, IX, da Lei nº 14.133/2021, ficando tal vedação devidamente motivada na fase preparatória do processo.

### **10.4. Regularidade fiscal e trabalhista:**

10.4.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.4.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

10.4.6. cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

10.5. **Qualificação Econômico-Financeira:**

10.5.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.5.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

10.5.2.1. a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante

10.5.2.2. no caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

10.5.2.3. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.5.2.4. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.5.2.5. as empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Ebserh, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da proposta apresentada para o item pertinente.

10.6. Indica-se que o procedimento licitatório seja com habilitação completa nos termos do Art. 6º, inciso I, II, III, IV, V e VI da IN SEGES/MPDG nº 03/18.

10.7. **Qualificação Técnica:**

10.7.1. **Habilitação técnico-operacional:**

10.7.1.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade.

10.7.1.2. Comprovação de aptidão para desempenho das atividades técnicas objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnico-operacional, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que fique comprovada a prestação dos seguintes serviços relacionados às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da contratação:

10.7.1.2.1. Execução de serviços de locação ou manutenção de grupos motor-geradores de energia elétrica com potência mínima de 650kVA/500kW pelo período mínimo de 06 (seis) meses;

10.7.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

10.7.1.4. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.7.1.5. Para a comprovação da experiência mínima, será aceito o somatório de atestados.

10.7.1.6. O licitante deverá disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, expondo dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, reservando-se o direito do Agente de Licitações de promover diligências para os esclarecimentos que julgar pertinente.

10.7.1.7. A habilitação técnico-operacional também poderá ser comprovada mediante a apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO), nos termos dos arts. 53 a 57 da Resolução CONFEA n.º 1.137/2023.

10.7.1.8. Declaração, emitida pela licitante, de que ela cumprirá com a NR 10, 12, 16 e 35/SIT (Norma Regulamentadora nº 10, 12, 16 e 35, Secretaria de Inspeção do Trabalho) na execução dos serviços solicitados pelo HUSM, bem como apresentar assinado o Termo de Aceitação das Exigências constantes nos Requisitos de Saúde e Segurança do Trabalho de SOST/SSP/CMA, do Encarte F (Documento SEI nº 57037441).

10.7.1.9. Qualquer declaração falsa sujeitará o licitante às penalidades previstas no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH, assim como nas previstas na Lei n.º 13.303/2014.2.5.1, no Código Penal, no Código Civil e no Código da Defesa do Consumidor.

10.7.2. **Habilitação técnico-profissional:**

10.7.2.1. Apresentação do(s) profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características

semelhantes, também abaixo indicado(s):

10.7.2.1.1. Para o Engenheiro Eletricista ou Mecânico: execução de serviços de manutenção de grupos motor-geradores de energia elétrica com potência mínima de 650kVA/500kW pelo período mínimo de 06 (seis) meses;

10.7.2.2. A comprovação do vínculo do responsável técnico se fará com a apresentação de um dos seguintes documentos:

10.7.2.2.1. Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante;

10.7.2.2.2. Contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio;

10.7.2.2.3. Contrato de trabalho devidamente registrado no Conselho Profissional da região competente, em que conste o profissional como Responsável Técnico; ou

10.7.2.2.4. Declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

10.7.2.3. Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

10.7.2.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.7.2.4.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.7.2.4.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.8. Apresentar proposta de forma clara e objetiva, em conformidade com o ato convocatório, na forma do modelo previsto no **Encarte H (Documento SEI nº 57059690)**.

## **11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

11.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

11.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

11.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

11.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

11.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

11.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

11.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

11.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

11.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

11.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;

11.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

11.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

11.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no

art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

## 12. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

12.1. A contratação será realizada por meio de processo licitatório eletrônico, nos termos do preconizado no Regulamento de Licitações e Contratos - EBSE RH.

12.2. O regime de execução adotado será Empreitada por preço global, observadas as especificações constantes neste Termo de Referência.

12.3. O critério de julgamento da licitação será o menor preço GLOBAL, que se justifica pelo fato de que individualizar a contratação de cada item separadamente sobrecarrega a administração pública, encarece o produto final e propicia menor uniformidade dos serviços e aumento dos riscos de conflitos para os resultados.

12.4. Será utilizada a modalidade de licitação denominada Pregão, tendo em vista que o serviço a ser prestado enquadra-se na classificação de serviço comum de engenharia, conforme conceituação disposta no art. 6º, inciso XXI, alínea "a" da Lei n.º 14.133/2021.

## 13. DA PESQUISA DE PREÇOS

13.1. Com a finalidade de averiguar o custo da aquisição futura, e obter o valor estimado do procedimento licitatório, efetuou-se pesquisa de preços com base na Norma - SEI nº 2/2019/DAI-EBSE RH (**Documento SEI nº 23541.012012/2026-11**).

13.2. Conforme previsto no inciso VI do art. 28 do RLCE 2.0. a pesquisa de preços e o valor estimado da licitação decorrente será sigiloso.

## 14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A adequação orçamentária será consignada no processo administrativo de seleção do fornecedor a ser autuado para a realização da seleção do fornecedor.

14.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

14.3. A contratação será atendida pela seguinte dotação conforme SEI 57104072:

Indicação de Dados Orçamentários	
<b>Funcional Programática:</b> 10.302.5018.8585.0031 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade do Estado do Rio Grande do Sul	
<b>Programa de Trabalho:</b> 10.302.5118.8585.0043	<b>Descrição:</b> Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais
<b>PTRes:</b> 234204	
<b>Fonte:</b> 1001A004QX	<b>Descrição:</b> Recurso Diretamente Arrecadado - Ebserh
<b>Esfera:</b> 02	<b>Descrição:</b> Seguridade Social

14.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 15. REQUISITOS DE SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO

15.1. Observar os requisitos de saúde ocupacional e segurança do trabalho do **Encarte F (Documento SEI nº 57037441)**.

## EQUIPE DE PLANEJAMENTO

(assinado eletronicamente)  
**CARLOS AUGUSTO PRETZEL**  
Chefe do Setor de Infraestrutura Física  
HUSM-UFSM/EBSERH

(assinado eletronicamente)  
**RODRIGO LENA MATTANA**  
Administrador  
HUSM-UFSM/EBSERH

(assinado eletronicamente)  
**TOMÁS CHEROBINI DALLA CORTE**  
Engenheiro Eletricista do Setor de Infraestrutura Física  
HUSM-UFSM/EBSERH

(assinado eletronicamente)  
**RODRIGO TSUNEYOSHI KAIDO**  
Engenheiro Eletricista do Setor de Infraestrutura Física  
HUSM-UFSM/EBSERH

(assinado eletronicamente)  
**EDUARDO VALENTE DE MELLO**  
Engenheiro Eletricista do Setor de Infraestrutura Física  
HUSM-UFSM/EBSERH



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Tsuneyoshi Kaido, Engenheiro(a) Eletricista**, em 18/02/2026, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Valente de Mello, Engenheiro(a) Eletricista**, em 18/02/2026, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lena Mattana, Analista Administrativo**, em 18/02/2026, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tomas Cherobini Dalla Corte, Engenheiro(a) Eletricista**, em 18/02/2026, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Augusto Pretzel, Chefe de Setor**, em 18/02/2026, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **57880577** e o código CRC **EB1441E0**.

**Referência:** Processo nº 23541.000324/2025-92 SEI nº 57880577